

# Dantas propôs a Collor a adoção de choque liberal

Christina Bocayuva

(Continuação da primeira página)

O ganho do governo com esse imposto de estabilização dependerá do índice a que chegar a inflação e do período de duração do feriado bancário. Uma das estimativas prevê uma redução no valor da dívida pública de US\$ 70 bilhões para US\$ 20 bilhões. Essa estratégia beneficiaria indiscriminadamente todos os devedores, que deixariam de pagar a correção de suas dívidas no período que perdurasse o feriado bancário. Os aplicadores em cadernetas de poupança, entretanto, não sofreriam qualquer perda em seus rendimentos, já que a remuneração é calculada mensalmente.

Contra esse tratamento de choque para a dívida pública Collor tem a alternativa do alongamento dos prazos de vencimento dos títulos federais do plano de Zélia Cardoso de Mello. Na medida em que os atuais títulos em poder do mercado forem vencendo, prevê essa estratégia, eles seriam substituídos por outros de prazo de vencimento mais longo — de um a dois anos — e com juros mais elevados do que os pagos aos papéis com resgate em prazo menor. O objetivo dessa proposta é induzir os detentores dos atuais títulos com vencimento diário a trocá-los por papéis de prazo maior, porém mais rentáveis. Com isso seria reduzido, ainda no primeiro ano de governo, o custo de rolagem da dívida pública.

A proposta de Daniel Dantas parte do pressuposto de que a redução do déficit público, pela queda dos pesados encargos da dívida pública, viabilizaria o livre funcionamento de uma economia sem controle de preços, salários, ou câmbio. Em alguns aspectos, o programa é parecido com o Plano Real, formulado em outubro de 1988 pelo economista Francisco Lopes. Como o Plano Real, o programa de Dantas prevê uma forte contenção monetária e dura restrição dos gastos do governo. Também como o Plano Real, que previa a substituição gradativa do cruzado pelo real, o programa inclui a criação de uma

nova moeda — mas, ao mesmo tempo, proíbe que o governo se utilize dela para fazer seus pagamentos. Para o governo valeria a velha moeda, de forma que a nova ficasse ao abrigo do desgaste caso o governo gastasse mais do que arrecada.

**Restrições** — Daniel Dantas não elaborou qualquer documento expondo seu plano — preferiu enunciá-lo apenas verbalmente. Isso se deve, segundo a assessoria de Collor, ao fato de a proposta incluir soluções delicadas, como a do feriado bancário para reduzir a dívida interna. Um dos economistas que conhece o plano alerta que sua aplicabilidade depende de uma avaliação mais cuidadosa de eventuais restrições legais. Entre elas estaria, por exemplo, a proposta de liberação dos salários, atualmente com reajustes estabelecidos por lei. 'É um plano que não admite erro', avalia esse economista, chamando a atenção para o fato de que qualquer escorregão, num programa tão audacioso, pode levar a frustrações como as vividas pela Argentina com o fracasso das primeiras medidas do presidente Carlos Menem.

O ajuste fiscal na proposta de Zélia Cardoso de Mello se basearia no corte de subsídios e incentivos fiscais, contenção de despesas da máquina administrativa e aumento de impostos, além da economia obtida com o alongamento do perfil da dívida. Esse conjunto de medidas seria publicado no Diário Oficial do dia seguinte à posse de Collor e, de acordo com a avaliação de Zélia, o impacto da adoção do pacote daria respaldo ao presidente eleito para negociar um pacto com a sociedade. Nesse pacto, seria definida a forma de eliminação do atual mecanismo de indexação da economia. Pelo plano de Zélia, os reajustes de preços, salários e câmbio seriam feitos pela expectativa de inflação futura. (Maria Luiza Abott e Teodomiro Braga)



Jobim (E): governo deve procurar Poder Legislativo